



## COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.

Senhor Presidente,

Com amparo no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a realização de audiência, no âmbito desta Comissão, em data a ser marcada oportunamente, com o objetivo de discutir sobre a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais. Para tanto, solicitamos sejam convidados para a audiência:

- I) Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- II) Ministro da Casa Civil da Presidência da República;
- III) Representante da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento Social (Andeps);

#### **Justificação**

Na busca pela consolidação das políticas sociais como políticas de Estado e de promoção de qualificação da força de trabalho no serviço público federal, o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, composta pela carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais, por meio da Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, possibilitando que servidoras e servidores com alto nível de qualificação profissional passassem a desenvolver atividades em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas sociais, como educação, saúde, combate à fome, justiça, desenvolvimento social, promoção da igualdade racial, políticas para mulheres, cultura, Direitos Humanos, etc.

Entre as responsabilidades do Estado Brasileiro inserem-se as de elaborar, executar, monitorar e avaliar as políticas de cunho social, sob pena de não termos assegurados os princípios e valores defendidos pela



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Constituição Cidadã de 1988. Mas é certo que para cumprir tão nobre papel, o Estado precisa contar com um corpo de servidores (as) altamente capacitados (as) e dispostos (as) a pautarem as políticas sociais sob a luz da lógica e da ética republicana e pelo viés da transparência e da garantia da participação da sociedade civil organizada.

A presença desse corpo de profissionais nas mais diversas estruturas da administração pública federal é condição *sine qua non* para a garantia de que as políticas basilares que assistem à população sejam concretizadas de fato e de direito em políticas de Estado, de modo a assegurar a continuidade das ações a cada nova gestão.

A urgente necessidade de estruturação desta Carreira para consolidar na administração pública federal profissionais especializados/as em políticas sociais, com uma visão sistêmica, transversal e intersetorial na formulação e implementação de políticas públicas, especificamente as da área social, é a justificativa maior para a realização da referida audiência, num momento em que a transversalidade e a estrutura remuneratória da Carreira estão em discussão no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em face do exposto, formulamos o presente Requerimento, esperando contar com apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala da Comissão, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

**ERIKA KOKAY**  
Deputada Federal - PT/DF